

ARTIGO - GT08 - GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA A GESTÃO
CLIMÁTICA E AMBIENTAL

**A AGENDA 2030 NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS:
INSTITUCIONALIZAÇÃO E IMPACTOS**

Daniela De Souza Silva (daniela.souza@ufv.br)

Marco Aurélio Marques Ferreira (marcoaurelio@ufv.br)

Frente a preocupação mundial com a sustentabilidade, em 2015, foi criada a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável que representa um plano de ação global estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), subdivididos em 169 metas para o desenvolvimento sustentável abrangendo as dimensões econômica, social e ambiental (ONU, 2015). Os ODS configuram um chamado universal para a implementação de ações em todas as nações visando alcançar a meta de um planeta mais sustentável, buscando promover a prosperidade enquanto protege o meio ambiente, garantindo que todos os países avancem juntos em direção a um futuro mais equitativo e sustentável (Kayyali, 2022a; Savegnago et al., 2022).

As universidades desempenham um papel crucial no enfrentamento dos desafios econômicos, sociais e ambientais associados ao alcance dos ODS, graças às suas funções essenciais de produção e transferência de conhecimento, formação de futuros profissionais e fomento à inovação (Blasco et al., 2021; Chankseliani & McCowan, 2021; Rella et al., 2022). É importante que as universidades divulguem de forma

transparente suas descobertas e progressos em relação aos ODS, uma vez que possuem papel fundamental na conscientização da sociedade sobre a relevância destes temas. Através de uma divulgação estratégica, é possível influenciar e engajar o público na compreensão e na atuação em prol dos objetivos propostos, fomentando uma participação ativa na transformação e no avanço da agenda global de desenvolvimento sustentável (De Iorio et al., 2022).

As teorias da Legitimidade e Institucional se destacam por sua capacidade de serem aplicadas em conjunto, proporcionando uma compreensão mais rica de fenômenos sociais (Gray et al., 1995), podendo ser utilizadas em conjunto para explicar o porquê de uma organização escolher divulgar tais informações. Essas teorias sugerem que as organizações não apenas buscam conformidade com normas e expectativas sociais, mas também ativamente moldam a percepção de sua legitimidade perante o público e stakeholders.

As organizações para que consigam manter essa legitimidade devem regularmente certificar que suas ações estão de acordo com as regras, crenças, valores e propósitos da sociedade, sendo ela um ponto fundamental para as organizações públicas, pois a legitimidade é ponto chave na influência do êxito ou fracasso das instituições. A teoria institucional oferece um complemento à teoria da legitimidade, ao explicar por que estratégias de divulgação de diversas organizações tendem a convergir com o passar do tempo (Deegan & Islam, 2012). Mesmo partindo de pontos distintos, as estratégias de divulgação acabam por se alinhar, refletindo um processo de isomorfismo institucional.

As Organizações que são avaliadas por meio de rankings e indicadores frequentemente procuram obter validação por intermédio de símbolos ou certificações de reconhecimento (Suchman, 1995). Esses selos servem como uma forma de endosso, atestando a qualidade e o desempenho conforme padrões estabelecidos. Além disso, eles podem auxiliar no fortalecimento da credibilidade e na construção de uma reputação positiva perante o público e stakeholders, gerando assim legitimidade.

Mediante o exposto, a questão que norteia este artigo é quais são os mecanismos utilizados pelas Universidades Federais Brasileiras para cumprir os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU? Nesse sentido objetiva-se compreender como as Universidades Federais Brasileiras, classificadas no UI GreenMetric, estão implementando e institucionalizando os ODS. Este artigo apresenta uma abordagem

qualitativa e descritiva através de uma análise documental em documentos oficiais e obrigatórios, sendo eles: Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), Relatórios de Gestão e os Planos de Logísticas Sustentáveis (PLS). Além desses documentos foram analisadas as informações disponíveis nos sites sobre ODS. A amostra do estudo foram as 19 Universidades Públicas Federais classificadas no UI GreenMetric 2023. O UI GreenMetric representa uma iniciativa pioneira na criação de um ranking global que avalia as práticas socioambientais adotadas por universidades e outras instituições de ensino superior e engloba todos os 17 ODS em critérios e indicadores.

A integração da Agenda 2030 e dos ODS nos documentos institucionais é fundamental. Estes documentos são essenciais para consolidar as diretrizes que orientam a atuação da universidade, refletindo sua missão, visão e objetivos estratégicos. O PDI representa um documento estratégico que detalha a estrutura organizacional e define os eixos centrais de atuação, consolida metas, objetivos e ações essenciais que orientam o desenvolvimento da universidade. O Plano de Gestão é um instrumento de planejamento tático que, alinhado ao PDI, articula programas e diretrizes prioritárias. Já o PLS é uma ferramenta de planejamento, contendo objetivos, metas e responsabilidades específicas, para que órgãos e entidades públicas possam implementar práticas de sustentabilidade, promovendo a otimização de recursos e a melhoria contínua dos processos administrativos.

Os documentos analisados não correspondem ao mesmo período. O PDI deve ser elaborado para um período de 5 anos, porém algumas instituições apresentam o PDI por mais anos, além disso a UFSCAR e a UFPB disponibilizam os documentos de anos anteriores. Já o Plano de Gestão é anual, mesmo assim não foi identificado o de 2023 em 3 universidades. Todos os documentos analisados foram a última versão publicada pelas universidades selecionadas. Não foi possível localizar o PLS em 6 universidades. As universidades analisadas representam 27,54% de todas as universidades federais brasileiras e inclui todas as regiões do país, sendo todas multicampi. A figura 01 traz esse detalhamento:

Figura 01: Detalhamento das Universidades e seus documentos oficiais

Fonte: Elaboração própria

A adoção do PLS passou a ser uma obrigatoriedade da Administração Pública Federal direta, autárquica a partir de 2017, porém sem data limite para essa adoção. Uma possível razão para a não implementação de todas as universidades ao PLS pode ser uma normativa recente, ou mesmo a falta de fiscalização e punição para a instituição que não publica esse documento. Vale ressaltar ainda que a não apresentação no site não significa que a instituição não possui, mas isso pode comprometer sua transparência perante os usuários das informações.

Das 19 universidades analisadas, 4 não abordam os ODS nos documentos oficiais analisados, 5 abordam de forma superficial e 10 trazem maiores divulgações sobre como institucionalizam os ODS nas instituições. Pode verificar que dessas, maioria utilizam da mesma ação para implementar os ODS, os vinculando-os aos projetos de extensão e de pesquisa, sendo em sua maioria a obrigatoriedade dessa vinculação. Ainda deixam claro que o PDI é construído alinhando seus objetivos estratégicos com a Agenda 2030 e os ODS. Isso vai de encontro com a teoria institucional, DiMaggio & Power (1983) descrevem o processo institucional de homogeneização por meio do qual as organizações se tornam cada vez mais similares na adoção de estruturas e práticas como "isomorfismo", impulsionado pela necessidade de conformidade e eficiência, levando as organizações a espelhar umas às outras em suas operações e estratégias.

Apesar do UI GreenMetric utilizar os ODS em seus critérios e indicadores, sua divulgação pelas Universidades não estão alinhadas com a posição delas no ranking. Foi possível notar que as melhores classificadas demonstram em seus relatórios uma maior institucionalização e implementação dos ODS, o que ocorre também com a última classificada que divulga informações importantes e utiliza de estratégias parecidas que as primeiras colocadas. Isso pode se justificar porque o índice não utiliza apenas os ODS e possui ponderação diferente para cada categoria e pontuação diferente para os critérios utilizados.

Quando ocorre a institucionalização dos ODS pelas universidades analisadas, ela se apresenta de forma parecida entre as instituições na forma de vinculação dos ODS aos seus projetos de pesquisa e de extensão. Conclui-se que a base teórica utilizada explica as ações parecidas que as universidades possuem ao institucionalizarem os ODS. A teoria institucional explica a existência de semelhanças organizacionais com base nas condições institucionais (DiMaggio & Powell, 1983).

A busca das Universidades em participar de rankings que envolvam os ODS e sua divulgação também pode ser explicada por essa teoria uma vez que ela demonstra que organizações buscam reconhecimento social e legitimação (Carvalho et al., 2012). E alinha-se com a teoria da legitimidade onde as universidades avaliadas por rankings podem buscar uma validação através de símbolos ou selos de reconhecimento (Suchman, 1995). Assim, as universidades buscam implementar os ODS para manter sua legitimidade (Elalfy et al., 2021).

Ao alinhar suas operações com os ODS, as universidades reforçam sua responsabilidade social corporativa e contribuem ativamente para a Agenda 2030, que visa equilibrar o progresso humano com a proteção ambiental. Compreender como diferentes universidades estão implementando os ODS podem estimular outras instituições a promoverem e fortalecer a implementação dos objetivos e ampliar o impacto das ações. A utilização dos ODS e da Agenda 2030 pode ajudar a promover a transparência dessas Instituição. Disponibilizar informações em seus relatórios sobre o seu progresso e impacto em relação aos ODS, permite que as partes interessadas vejam como as universidades estão cumprindo esses objetivos como forma de contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: objetivos de desenvolvimento sustentável desenvolvimento sustentável universidades.